

Gênero e sexualidade no ensino de Ciências e Biologia: uma análise da BNCC

Mariana Nô Xavier 

Viviane Borges Dias 

Resumo

A pesquisa objetivou analisar a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade nos conteúdos de Ciências e Biologia apresentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, foi realizado um trabalho minucioso que buscou entender os aspectos políticos, ideológicos e econômicos que permearam a formulação da Base e que estão dispostos em tal documento, intentando uma discussão ampliada da temática proposta. A pesquisa possui abordagem qualitativa, do tipo exploratória. O procedimento de coleta de dados utilizado foi a análise documental. A metodologia utilizada para abordagem dos dados foi a análise de conteúdo. Os resultados dividem-se em duas categorias de análise e apontam para uma Base que apresenta lacunas na discussão sobre gênero e sexualidade, oportunizando um Ensino de Ciências e Biologia majoritariamente tecnicista, sem compromisso com problemas sociais como a desigualdade de gênero e as violências que derivam dessa problemática. A falta dessas discussões é preocupante, pois a BNCC embasa a formulação de outros documentos com os mesmos pressupostos. Após a análise, pode-se perceber uma Base que representa a visão da educação de grupos privilegiados socialmente e economicamente, ou seja, é um documento comprometido com a perpetuação de uma ordem vigente que é alinhada com o modelo capitalista.

Palavras-chave: BNCC, Gênero, Sexualidade, Ensino de Ciências e Biologia.

Gender and sexuality in Science and Biology teaching: an analysis of the BNCC

Mariana Nô Xavier
Viviane Borges Dias

Abstract

The research aimed to analyze the approach of the themes gender and sexuality in the contents of Science and Biology presented in the National Common Curricular Base (BNCC in Portuguese acronym). Hence, a thorough work was carried out that sought to understand the political, ideological and economic aspects that permeated the formulation of the Base and which are arranged in such document, generating an expanded discussion of the proposed theme. The research has a qualitative and exploratory approach. The data collection procedure used was document analysis. The methodology used to approach the data was content analysis. The results are divided into two categories of analysis and point to a Base that presents gaps in the gender and sexuality discussion, providing a Science and Biology Teaching mainly technicist, without commitment to social problems such as gender inequality and the violence derived from this problem. The lack of these discussions is worrying, since BNCC supports the formulation of other documents with the same assumptions. After the analysis, it can be perceived a Base that represents the vision of the education of socially and economically privileged groups, that is, it is a document committed to the perpetuation of an existing order that is aligned with the capitalist model.

Keywords: BNCC. Gender. Sexuality. Science and Biology Teaching.

Introdução

É indiscutível a necessidade de a escola discutir temas que configuram problemas na nossa sociedade, como o racismo, o sexismo, toda forma de violência de gênero, dentre outros. Para tanto, é importante que tenhamos um currículo escolar que também tenha compromisso com a superação dessas questões. Assim, a discussão sobre o currículo deve ser vista para além da prescrição de conteúdo: é substancial a compreensão relacionada ao compromisso, voltado para formação cidadã e que tenha responsabilidade socioeducacional.

No Brasil, já aconteceram várias iniciativas com o intuito de orientar o currículo escolar. Dentre essas iniciativas, podemos destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, sejam as da Educação Básica ou as de formação para professoras/es. No entanto, no ano de 2018, foi apresentada a versão final da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que traz os conteúdos mínimos que devem estar presentes, obrigatoriamente, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio (BRASIL, 2018).

O processo de formulação da BNCC foi marcado por muitas contradições, desde a forte participação de grupos econômicos, até o pouco ou nenhum diálogo com professoras/es, gestoras/es das escolas, universidades, associações e sindicatos que representam a educação. Diante desse cenário, é possível entender porque algumas discussões, como o debate envolvendo gênero e sexualidade, perderam espaço ou desapareceram do documento. A BNCC foi elaborada com base no interesse de grupos e instituições que possuem pretensões de atender às pautas de classes socialmente já privilegiadas, isso pode ter levado a determinado afastamento das reais necessidades da educação, dessa forma, a Base tende a não considerar as demandas sociais, políticas e educacionais apresentadas pelas classes sociais desfavorecidas que se apresentam ao longo da história.

Consideramos a gravidade dos aspectos supramencionados, pois não há como negar que um dos grandes problemas do Brasil é a desigualdade social, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2019). Essa desigualdade pode ter origem em diversas raízes, a exemplo da discriminação de gênero, daí derivando outras questões como o feminicídio e a LGBTfobia, que desencadeiam altos índices de violência, verificados cotidianamente nos noticiários.

Não há como pensar a formação do sujeito desconectada de uma sociedade que apresenta problemas diversos. Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem também precisa se dedicar a esses debates na sala de aula, a exemplo do debate de gênero e sexualidade, foco de nossa pesquisa. No entanto, defendemos que não haja apenas uma abordagem técnica, como tradicionalmente é visto na maioria das discussões sobre tema, mas é necessário o debate social acerca dessa questão, pois como destaca Nicholson, a sociedade interfere na forma como

o corpo é compreendido e aponta que o descritor gênero vem sendo usado “[...] como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’” (NICHOLSON, 2000, p. 1).

Nessa perspectiva, é imprescindível destacar o papel da escola e, portanto, a importância que as/os professoras/es, e no caso específico as/os de Ciências e Biologia, possuem para contribuir com esse debate. Trazemos essa questão, porque acreditamos que as aulas de Ciências também precisam partir de uma perspectiva social, ou seja, é preciso que o aluno consiga construir soluções para os problemas da sociedade com base em conceitos científicos.

É neste sentido que esta pesquisa se justifica: uma vez que a BNCC é obrigatória para a Educação Básica, portanto, fazer a sua análise é fundamental para entendermos seus desdobramentos e em razão de ser um documento recente ainda necessita de mais estudos. Além de considerarmos que a abordagem dessa temática na escola pode contribuir para o entendimento e o enfrentamento da violência decorrente da desigualdade de gênero e do sexismo, por exemplo. Assim, o objetivo dessa pesquisa é analisar, em que medida, a área de Ciências da Natureza na BNCC apresenta a discussão de gênero e sexualidade e como essa abordagem é feita. Ademais, destacamos que esse artigo é um recorte de um estudo realizado em 2020, em uma universidade pública do sul da Bahia.

Procedimento metodológico

Essa pesquisa tem abordagem qualitativa, e de acordo com Leopardi (2002, p. 117), essa abordagem é “utilizada quando não se podem usar instrumentos de medida precisos, desejam-se dados subjetivos, ou se fazem estudos de um caso particular, de avaliação de programas ou propostas de programas”. Para obter as informações aqui apresentadas, foi feita a análise documental. O documento analisado foi a versão digitalizada da Base Nacional Comum Curricular disponível no site do Ministério da Educação¹³, portanto de fácil acesso.

Para atender ao objetivo proposto, foi feita uma leitura minuciosa nos objetos do conhecimento, propostos na Unidade Temática (UT) “Vida e Evolução”, da área de Ciências da Natureza, pois de acordo com a BNCC, é nesta UT que deve ser trabalhado o assunto da sexualidade, devendo ser abordado nos anos finais do Ensino Fundamental. Foram observadas as competências e habilidades propostas para essa UT, no que diz respeito ao debate gênero e à sexualidade. Importante destacar que a restrição à área de Ciências deu-se em razão de não haver menção ao debate sobre gênero e sexualidade no Ensino de Biologia.

¹³ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Foram analisados os aspectos políticos, econômicos e religiosos sobre os quais a Base foi debatida e formulada, visto que tais aspectos possuem total impacto na discussão de gênero e sexualidade. Discutir esse tripé permite a compreensão da abordagem desse debate, além de ser possível entender a disposição das competências e habilidades e a quem servem.

Para analisar as informações obtidas no documento, foi utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), que se divide em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. Na primeira fase, foi organizado o *corpus* da pesquisa, que no nosso caso, são as informações disponíveis na BNCC; na fase seguinte, foram organizados os dados, ou seja, foram separadas as informações mais significativas para o desenvolvimento do trabalho; e, por fim, foram organizadas as categorias de análise, a saber: a) *A discussão de gênero na BNCC: o que (não) há de novo?* e b) *A abordagem da temática sexualidade na BNCC: desafios e perspectivas.*

Breve discussão a respeito do currículo escolar e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC

O currículo escolar é o documento normativo que orienta o ensino na Educação Básica. Para Lopes e Macedo (2011), não há como estabelecer de forma definitiva o conceito de currículo, pois defendem que há sempre uma nova ressignificação para o termo.

Debater currículo não é tratar apenas de conteúdo, é falar da formação de cidadãos/os, é pensar uma escola inserida em uma sociedade extremamente desigual, mas que precisa ter o compromisso de atuar sobre ela. De acordo com Lopes (2019, p. 61), não é plausível que o currículo seja o mesmo em todas as instituições de ensino, portanto ele “[...] precisa fazer sentido e ser construído contextualmente, atender demandas e necessidades que não são homogêneas”. Assim, é relevante destacar a função que o currículo precisa ter para que seja possível o caminho de uma formação que se atente à função social da escola.

Pensar um ensino que contribua para a emancipação das pessoas, considerando a multiplicidade de discursos, é fundamental para que a escola se torne um espaço cada vez mais justo e democrático, daí a importância de se discutir uma base curricular com esse compromisso. No entanto, cabe reconhecer que esta não é uma tarefa simples, visto que a elaboração, a construção e a implementação de qualquer proposta curricular envolvem uma multiplicidade de fatores e de interesses.

De acordo com Malanchen e Santos (2020), a primeira vez que o Brasil se propôs a pensar um currículo para toda a educação básica foi com a Constituição de 1988, e a primeira intenção de construir uma Base Nacional Comum surgiu com a Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/96, em 1996 (BRASIL, 1996). A esse respeito, Triches e Aranda (2016) discutem como nesse período de redemocratização do país, aumentaram as discussões a respeito das políticas

públicas educacionais no Brasil. Esses debates tratavam, inclusive, sobre a formulação de currículos com a inclusão de temas que possibilitassem a construção de uma sociedade democrática, que estava nascendo.

No entanto, a versão final da BNCC foi apresentada em 2018, mais de vinte anos após a promulgação da LDB. É justamente no maior momento de crise política do país, desde a Ditadura Militar, que começam as movimentações em torno da BNCC: a então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, enfrentava um processo de *Impeachment*. Isso tem como uma de suas consequências a explosão de diversos debates intelectuais, culturais, sociais, tanto nas políticas públicas como em outras áreas. Segundo Marsiglia et al. (2017), vários grupos participaram desse processo de discussão inicial, como associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime), além de muitos grupos empresariais.

De acordo com Peroni, Caetano e Arelaro (2019), além da influência de políticas econômicas neoliberais, a BNCC sofreu forte influência do neoconservadorismo que não renuncia à moralidade, além de setores religiosos fundamentalistas, acarretando questões como a retirada da discussão de temas relevantes da versão final como os de gênero, por exemplo. Os autores afirmam ainda que a BNCC se mostra extremamente conservadora, sem diálogo com os problemas da sociedade, que prioriza a formação de trabalhadores/as em detrimento de uma formação geral e que tem a educação pública como um campo para a influência da iniciativa privada.

Assim, não se pode dizer que mesmo com a participação de organizações como a Undime e o Consed, a construção da BNCC tenha sido um processo democrático e participativo. Já em sua primeira versão, a Base foi criticada por algumas entidades, justamente pela forma como a elaboração estava acontecendo. A esse respeito, Moreno (2016) destaca que alguns pontos relevantes apontados por entidades como a ANPED, por exemplo, foram a celeridade na discussão do documento e o modo estritamente consultivo como a participação dos professores da Educação Básica estava ocorrendo.

A versão final da BNCC foi aprovada em 22 de dezembro de 2017, sem a seção destinada ao Ensino Médio, mesmo sob fortes críticas de diversas entidades educacionais do país. De acordo com Macedo (2019), a aprovação da Base representou um momento de afastamento da política em currículo no Brasil, se considerarmos que essa discussão já vinha sendo feita. A esse respeito, a autora enfatiza:

Ainda que tenha sempre havido algum nível de centralização curricular no Brasil, ela nunca chegou à definição do que deve ser ensinado em cada disciplina ao longo dos diferentes anos de escolarização em todo o território nacional. **A BNCC representa, portanto, a hegemonia de certa**

concepção de educação e de escolarização (MACEDO, 2019, p. 41, grifo nosso).

Nesse sentido, a Base é mais um mecanismo de perpetuar determinadas visões, pensamentos e modelos que interessam a alguns grupos políticos, econômicos, ideológicos. Além disso, a BNCC apresenta mais um fator importante, polêmico e contraditório, que é como esse documento trata as questões das competências, quais são e como são definidas, pois esse é um dos principais eixos que orientam o documento, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Segundo o próprio texto da BNCC:

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 8).

No referido documento, existem dez competências gerais a serem desenvolvidas pelos/as alunos/as durante a Educação Básica. Além dessas, cada área do conhecimento apresenta suas competências específicas. Ademais, apresenta Unidades Temáticas com habilidades a serem desenvolvidas por cada objeto do conhecimento. Essas habilidades se apresentam em forma de código. Uma habilidade de Ciências, do Ensino Fundamental, do 7º ano, se apresenta da seguinte forma: EF07CI01, em que EF significa Ensino Fundamental, 07 é o 7º ano, CI representa a disciplina Ciências e o último número representa a posição sequencial da habilidade do ano ou no bloco de anos. Segundo a Base, esses objetos do conhecimento podem ser entendidos como conteúdos, conceitos e processos (BRASIL, 2017).

Centenaro (2019) chama atenção de que estas competências são uma exigência de órgãos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como forma de avaliação da qualidade da educação. De acordo com o referido autor, com base nessas influências internacionais muitos países, estados e municípios têm direcionado a organização de suas propostas curriculares a partir do desenvolvimento de competências.

A organização da BNCC em competências e habilidades mostra, mais uma vez, o caráter verticalizado de elaboração do documento. Nessa perspectiva, cabe refletir até que ponto uma Base construída nesses moldes trará resultados satisfatórios para a Educação brasileira e até que ponto está conectada com a realidade socioeducacional do país. Nesse sentido, cabe refletir sobre as implicações e relações socioeconômicas, religiosas e ideológicas que permeiam a Base. Para iniciar a discussão de tais implicações, é necessário refletir, primeiramente, sobre qual cidadão a BNCC pretende formar: que indivíduo é esse, e a serviço do que e de quem ele está/estará?

A discussão de gênero e sexualidade

Defender que temas socialmente relevantes estejam presentes no currículo é, antes de qualquer coisa, é compreender como a Educação Básica é uma etapa importante para que se tenha uma formação pautada na superação das desigualdades sociais. Nesse sentido, é essencial que temáticas como as de gênero e sexualidade, nosso objeto de estudo, estejam presentes na sala de aula. Rubin (1993) nos traz a reflexão da relação que há entre os dois conceitos:

Adoto como definição preliminar de um “sistema de sexo/gênero”: um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (RUBIN, 1993, p. 2).

De acordo com o exposto, a sociedade manipula a sexualidade humana de acordo com o que é conveniente a determinados grupos privilegiados. É possível identificar como a sociedade utiliza o sexo biológico para reafirmar discriminações e preconceitos, perpetuando a ideia de que a sexualidade é algo natural de cada ser humano. No entanto, a sociedade influencia nas diversas formas de manifestação da sexualidade. Segundo Louro (2000), a sociedade decide o que é ou não natural, utilizando, muitas vezes, conceitos biológicos para nos dizer como a sexualidade pode ou deve se manifestar. Assim, consideramos fundamental a participação de professoras/es nessa discussão, pois se trata de questão complexa que deve ser abordada de forma multidisciplinar. Nesse sentido, a área de Ciências e Biologia deve estar inserida no debate sobre gênero e sexualidade, para desmistificar colocações equivocadas, apoiadas muitas vezes em conceitos científicos e pseudocientíficos, manipulados para o favorecimento de determinada visão. Segundo Meyer e Soares (2008), durante determinado período, a força corporal foi um argumento utilizado para justificar a dominação dos homens.

Considerando o exposto, entendemos ser fundamental que esse debate seja feito nos mais diversos espaços formativos. É necessário valorizar as discussões do currículo nos cursos de formação de professoras/es por entendermos que contribuem sobremaneira com a construção de profissionais mais críticos, que atuam como questionadores da realidade social, ao mesmo tempo em que podem pensar em propostas para (res)significar o cenário que estamos vivenciando.

Recentemente no Brasil aconteceram intensos debates, muitas vezes sem aprofundamento científico, para tentar dificultar que discussões como as de gênero e sexualidade fossem realizadas na escola. Um exemplo disso é o projeto “Escola sem Partido” que apesar de ter sido rejeitado pela Câmara dos Deputados em 2019 mostrou uma face preconceituosa e intolerante que até então não havia sido formalizada em um Projeto de Lei. Ou seja, o “Escola sem Partido” foi uma tentativa de impedir, de forma legal, que temas como

os de gênero fossem debatidos nas instituições escolares. É relevante ressaltar que houve uma grande mobilização dos mais diversos setores para pressionar as/os deputadas/os a votarem contra esse absurdo. Ademais, surge no Brasil o termo “ideologia de gênero”, que foi e vem sendo disseminado para tentar dar um sentido depreciativo ao debate sobre gênero e sexualidade, sobretudo na escola. Segundo Monteiro (2017), esse termo leva a entender que a discussão de gênero na escola distorce os valores da família, levando à destruição dela.

Não podemos perder de vista o quanto a educação é fundamental para a emancipação de um povo. Nessa perspectiva, para que isso seja possível, é necessária a discussão dos mais variados temas pertinentes à nossa sociedade. Para tanto, é preciso pensar uma educação comprometida com a busca da tolerância, do respeito e da plena cidadania.

Resultados e discussão

a. A discussão de gênero na BNCC: o que (não) há de novo?

Ao explorar o documento da BNCC e realizar uma busca do termo gênero, no material disponível no site do MEC, pode-se constatar como o debate desta temática foi preterido nos conteúdos de Ciências e Biologia, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, não havendo menção a essa discussão. Esse fato nos causa preocupação, e é preciso que haja uma reflexão sobre as razões que indicam a ausência de uma temática tão importante nos currículos, bem como sobre as implicações dessa ausência e o retrocesso que isso pode representar.

Ao lembrar e analisar o processo de discussão da BNCC, é possível observar como esse foi um processo de contradições, desde o início da sua formulação, até a sua aprovação. Em 2016, a então presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment, que até hoje tem a sua legalidade contestada por muitos setores. Ao chamar atenção para este fato, conseguimos explicar como algumas questões foram desconsideradas nesse documento. Deputadas/os conservadoras/es, integrantes da Bancada da Bíblia (formada, em sua maioria, por pessoas adeptas ao protestantismo), foram a favor da saída da presidenta eleita. Assim, esse apoio teve algumas consequências na formulação da BNCC, que serão destacadas a seguir.

Ao se criar um falso clima de divisão no país entre aqueles que defendem a configuração tradicional de família e aqueles que discordam desse formato como único e correto, ficou mais viável preparar um terreno em que fosse possível aprovar alguns retrocessos. Assim, a Base deixou de discutir questões relevantes, e o debate de gênero se insere nesse contexto. Em uma das suas publicações, Souza (2018) destaca:

Seguindo esta linha conservadora, as bancadas religiosas conseguiram aprovar nos PNE locais, em 2015, a não inclusão dos referidos debates. [...] Michel Temer ao propor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão final, deixou de fazer menção a tais questões, atendendo a pleito da referida bancada, pois a mesma defende que o corpo deve ser educado para produzir e reproduzir o padrão normativo vigente. (SOUZA, 2018, p. 4).

Convém lembrar que em 2013 aconteceram manifestações em todo o país, que tiveram início com movimentos contrários ao aumento dos preços da passagem do transporte público. Tal fato marcou a história política do país. Esses protestos causaram agitação na sociedade, provocando a aprovação de algumas medidas benéficas para o povo, como a criação do Programa Mais Médicos, o arquivamento do “Projeto Cura Gay”, como aponta reportagem do site BBC¹⁴, além da revogação do aumento dos preços da passagem, em diversos estados brasileiros.

No entanto, como já foi provado ao longo da história, esses momentos são propícios para debates nas mais diversas áreas, além de possibilitar o surgimento de movimentos divergentes. Um deles foi o Movimento pela Base, organização não governamental formada por grupos empresariais que nasceu com o intuito de incentivar a formulação e implementação da BNCC. Dessa forma, é possível perceber como o setor econômico está sempre se aproveitando de momentos históricos para tentar capitalizar benefícios a seu favor.

Além disso, de 2013 até 2018, o país foi marcado por uma pressão muito grande de setores empresariais na formulação e efetivação de políticas públicas, fato que também favoreceu o surgimento do Movimento pela Base. Em uma busca rápida no site da referida organização, é possível perceber a forte presença de grupos econômicos como, por exemplo, o Instituto Natura, o Instituto Unibanco, o Itaú BBA, entre outros. A partir daí, pode-se perceber os motivos desse documento assumir um caráter voltado para a formação técnica da/o estudante, desconsiderando uma formação mais ampla.

É relevante lembrar ainda que o setor privado sempre buscou imprimir sua política e seus interesses no setor público, mas pode-se sentir um avanço muito maior no período citado. Nos anos anteriores, período forte dos governos populares de Lula e Dilma, havia um campo de disputa nos rumos do país. Os movimentos populares, como o estudantil, sindicatos e de trabalhadores Sem Terra, para citar alguns exemplos, conseguiam minimamente serem ouvidos pela via institucional. Tal fato provocou muitos avanços para o país, com programas de governo voltados para a busca da justiça social. No entanto, o que se percebe ultimamente é uma ruptura do diálogo; não há mais trocas entre os segmentos da sociedade, mas sim a supremacia de interesses voltados para as classes já privilegiadas econômica, social ou politicamente.

Uma evidência dessa influência dos grupos empresariais na BNCC são as Competências e Habilidades apresentadas no documento, que são subsidiadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). São dez competências gerais, listadas para o desenvolvimento na Educação Básica (BRASIL, 2017). Apesar de elencar

¹⁴ Disponível em: bbc.com/portuguese/brasil-44353703. Acesso em: 15 nov. 2020.

algumas questões como respeito aos direitos humanos, mediações livres de preconceitos, considerar a diversidade humana, não é possível visualizar como alcançá-las, a partir da disposição dos conteúdos apresentados e das unidades temáticas. Ademais, as competências e habilidades são vistas como uma forma de manter uma ordem, em que o foco está sempre no desenvolvimento do mercado, em sobreposição ao indivíduo como discutem Branco et al. (2019). Para esses autores, há uma intenção nítida no documento em formar indivíduos facilmente ajustados ao sistema produtivo.

Não podemos deixar de questionar: até que ponto as reformas ou políticas na educação podem ser consideradas avanços? Muitas vezes as mais recentes, como a BNCC, por exemplo, retrocedem em muitos pontos, se comparadas a outras mais antigas, como os PCN, documento da década de 1990. Para evidenciar a questão apresentada, pode-se falar sobre o já aparecimento, nos PCN, da necessidade de considerar as diferenças de gênero na sala de aula. Como um problema latente, essa indicação já estava presente nos PCN de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (BRASIL, 1997), em contrapartida ao desaparecimento da discussão de gênero na BNCC (BRASIL, 2017).

No mesmo sentido, o PCN de apresentação dos Temas Transversais e Ética (BRASIL, 1997) considera o debate de gênero como essencial para atingir a igualdade proposta pela educação, pois não há como educar sem considerar a realidade de cada estudante. Além disso, orienta que as/os professoras/es busquem trabalhar gênero e respeito às diferenças durante as suas aulas, conforme é possível verificar em um dos trechos do referido documento:

Dessa forma, o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à diferença (conteúdo de Ética). Assim, não se trata de que os professores das diferentes áreas devam “parar” sua programação para trabalhar os temas, mas sim de que explicitem as relações entre ambos e as incluam como conteúdo de sua área, articulando a finalidade do estudo escolar com as questões sociais, possibilitando aos alunos o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extraescolar (BRASIL, 1997, p. 27, grifo nosso).

Os PCN (BRASIL, 1997, p. 28) questionam os papéis destinados a homens e mulheres, como é possível observar no fragmento: “A discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis”. Apesar de os PCN não serem documentos curriculares, eles nortearam a educação brasileira por muito tempo, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da Educação Básica que tiveram sua última versão apresentada em 2013.

Da mesma forma, o documento das DCN – Educação Básica (BRASIL, 2013) é avançado para o debate de gênero, pois orienta que essa discussão sempre seja considerada para a elaboração dos projetos políticos pedagógicos, assim como nos currículos. Destaca o

entendimento dessa vertente como fundamental para a busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social [...] (BRASIL, 2013, p. 16).

Considerando o cenário apresentado, cabe questionar: como em tão pouco tempo conseguimos retroceder tanto? Qual foi o momento em que a chave foi virada e o debate sobre gênero simplesmente deixou de ser importante, sendo que o sexismo continua presente? Arelada a toda essa questão, é importante falar sobre as eleições presidenciais de 2018, uma eleição em que foi visto um verdadeiro “show de fake news”, inclusive atacando a discussão de gênero na escola. A matéria intitulada “Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro”, do jornal El País¹⁵, o jornalista traz a questão do então chamado “kit gay”, uma mentira criada em cima do projeto “Escola sem Homofobia”. De acordo com as informações da matéria, tal projeto visava uma formação comprometida com o respeito à diversidade, no entanto, foi criado um enredo disseminando que o projeto incentivava a homossexualidade na escola.

Houve uma disseminação falsa do que se pretende realmente alcançar com a inserção de pautas tão importantes na educação. Ou seja, a discussão de gênero na escola está sendo alvo de ataques falsos e equivocadas interpretações nos mais diversos espaços. É preciso sempre questionar quem/quais grupos são beneficiados com o silenciamento desse debate, sobretudo, no Brasil, um país desigual e injusto para as minorias. A ausência da temática de gênero na BNCC significa muita coisa: é preciso estarmos vigilantes e defendermos a educação pública, gratuita e de qualidade, pois os argumentos que afirmam e disseminam que a escola é uma instituição falida tendem a contribuir para que mais políticas como essa sejam aprovadas.

Esse clima de proibição disfarçado pelos discursos e manifestações moralistas provocou um imenso sentimento de insegurança nas/os professoras/es para trabalhar questões relacionadas ao gênero, principalmente em um cenário que podemos vivenciar o incentivo para que estudantes filmassem as aulas, como uma forma de censura e ameaça. Esses episódios acontecem em um momento que tramitavam Projetos de Lei que previam até mesmo a prisão da/o docente que fizesse menção a termos como gênero na sala de aula. Apesar de o Supremo Tribunal Federal ter julgado inconstitucional a Lei que proibia a discussão de gênero na escola (Lei nº. 1.516/2015), ainda há um receio grande por parte das/os professoras/es em

¹⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 11 nov. 2020.

discutir essa temática nas escolas de Norte a Sul do país. Dessa forma, podemos inferir que essa discussão poderá ficar ainda mais comprometida, já que nunca foi fácil debater gênero e sexualidade na sala de aula.

No entanto, se existe algo a ser comemorado é a expansão no número de estudos relacionados à discussão de gênero nas instituições educativas brasileiras. Um exemplo disso é o aumento de trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC, entre os anos de 2017 e 2019. A esse respeito, Autor X, Souza e Autor X (2020) destacam:

A partir de 2017, o percentual de trabalhos sobre a temática pesquisada tem um significativo aumento. Consideramos que este resultado esteja relacionado a publicação da BNCC (BRASIL, 2017) e os intensos debates em torno das questões de gênero, sobretudo, porque um segmento significativo da população, que defende ideais conservadores, promoveu discussões sobre “ideologia de gênero” (Autor X; SOUZA; Autor X, 2020, p. 11).

Assim, é possível indicar uma reação por parte das/os pesquisadoras/es em educação, professoras/es, licenciandas/os e demais profissionais frente a toda essa ofensiva que estamos passando. Não há como fingir que essa questão não é relevante, pois os números mostram que ainda há muito o que avançar.

A sociedade brasileira é extremamente desigual, com altos índices de violência e discriminação contra mulheres. Os números de feminicídio no Brasil são alarmantes! Segundo dados do Atlas da Violência (IPEA, 2019), entre os anos de 2007 e 2017 houve um aumento de 30,7% no número de homicídios de mulheres. Ademais, as mulheres ainda recebem uma remuneração menor do que os homens, mesmo exercendo a mesma função e com o mesmo nível de escolaridade. De acordo com o IBGE, em 2018, essa diferença salarial era cerca de 20,5%, equivalendo a aproximadamente R\$1,20 a menos por hora trabalhada (IBGE, 2019). Dessa forma, é preciso questionar um documento que se coloca como uma orientação normativa para a Educação Básica e que não se atenta para essas questões.

Pensar em discutir a temática de gênero na escola é defender um espaço em que as meninas tenham o direito de sonhar e acreditar que elas podem seguir a profissão que escolherem, por exemplo, pois ainda se perpetua a ideia de que determinadas profissões são destinadas aos homens e outras são destinadas às mulheres. A esse respeito, ao investigarem as percepções das/os estudantes sobre o gênero das/os cientistas, Almeida e Franzolin (2017, p. 7) observaram que: “[...] para as crianças de maneira geral prepondera a imagem do homem como cientista; esta concepção é acentuada entre os meninos”.

Não há como desconsiderar a constatação feita pela pesquisa acima. São problemas complexos que exigem soluções que envolvam toda a sociedade, portanto, a escola é um espaço imprescindível para que esse debate ocorra. Não há como aceitar que a escola desconsidere a

abordagem da temática gênero e todas as questões relacionadas. As discussões sobre gênero não podem ficar de fora da escola, especialmente em disciplinas como Ciências e Biologia, pois elas oportunizam mostrar que essas diferenças são construções sociais, montadas para manter uma sociedade compromissada com o patriarcado e o capitalismo.

Reconhecer que as áreas de Ciências e Biologia não devem ter um currículo voltado somente para questões específicas e com abordagem puramente biológica, é ter consciência da sua importância para a superação de desigualdades, como a de gênero e tantas outras. O conhecimento científico pode ser utilizado, muitas vezes, para disseminar e manter preconceitos. Dessa forma, nos cabe utilizá-lo para superar problemas tão presentes na nossa sociedade.

b. A abordagem da temática sexualidade na BNCC: desafios e perspectivas

Nessa categoria foi analisada a abordagem da temática sexualidade na BNCC, bem como as habilidades e competências dispostas para esse assunto.

Falar sobre sexualidade no ensino de Ciências e Biologia é considerar a importância desse assunto para a formação humana e social. Apesar de tímido, o incentivo à discussão dessa temática na sala de aula, ao longo dos anos, vem perdendo ainda mais terreno no documento da BNCC.

Primeiramente, é preciso considerar que viemos de uma sucessão de equívocos ao trabalhar a temática sexualidade, dentre os quais destacamos: o silenciamento e/ou inadequação na abordagem do tema e um enfoque predominantemente biológico, desconsiderando questões sociais.

Ao não darmos a devida relevância a essa questão, não significa dizer que ela não é assunto na escola e em outros espaços, entre as/os adolescentes e jovens. A sexualidade é inerente ao ser humano, faz parte da nossa vida, portanto, será palco de discussões nos mais diversos espaços sociais e ao que nos interessa, na escola. No entanto, ao não abordarmos esse tema na sala de aula, expondo e dialogando cientificamente sobre o assunto, abre-se espaço para a perpetuação de informações equivocadas, disseminadas pelo senso comum.

De acordo com as orientações da BNCC, o assunto da sexualidade deve ser trabalhado exclusivamente na disciplina de Ciências, nos anos finais do Ensino Fundamental, mais especificamente no 8º ano, não havendo nenhuma orientação para o Ensino Médio. Mesmo havendo a “permissão” para trabalhar a temática com adolescentes, a discussão se mostra muito esvaziada, limitando-se a questões como gravidez na adolescência e prevenção de doenças (BRASIL, 2017).

Segundo a Base, o assunto sexualidade é objeto do conhecimento da Unidade Temática Vida e Evolução, juntamente com o objeto do conhecimento Mecanismos

Reprodutivos. Para essa questão, o documento discute que esse assunto é de grande importância para a faixa etária de alunas/os correspondente ao 8º ano (BRASIL, 2017), além de apresentar cinco habilidades a serem desenvolvidas.

A habilidade EF08CI07 objetiva “comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos” (BRASIL, 2017, p. 349) e reporta à ideia de que é possível trabalhar os processos reprodutivos em plantas e animais, incluindo o ser humano. No entanto, a sexualidade humana envolve processos bem mais complexos, portanto, não se pode identificar apenas aspectos biológicos nessa discussão.

A habilidade EF08CI08 propõe “analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso” (BRASIL, 2017, p. 349), resumindo as transformações da puberdade ao sistema nervoso, e superficialmente ao sistema endócrino, quando na realidade existem outras questões que devem ser pensadas como, por exemplo, trabalhar sobre o período fértil da mulher e as transformações que ocorrem nesse período, responsabilidade afetiva, até mesmo para entender melhor a ação desses hormônios. A puberdade é um momento de ruptura na história de vida, é quando acontece a menarca, o aumento do desejo sexual, as descobertas sobre orientação sexual, enfim, são transformações externas e internas no corpo que não há como a escola não se atentar. As duas habilidades seguintes trazem:

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) visa: Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção (BRASIL, 2017, p. 349).

Essas habilidades trazem algumas questões relevantes para a discussão da sexualidade, tais como a necessidade de compartilhar responsabilidades entre as/os parceiras/os, tanto em relação às melhores formas de prevenção, quanto para a gravidez indesejada e para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Não se pode mais aceitar que essas questões sejam responsabilidades exclusivas das mulheres, portanto, compartilhar e trabalhar esses temas em sala de aula é fundamental, é tratar também sobre a saúde do indivíduo, assim como da saúde pública, fornecendo aparatos para que as pessoas possam fazer suas escolhas.

No entanto, tais habilidades (EF08CI09 e EF08CI10) apresentam um grande equívoco, que é o uso do termo “Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST”. Desde dezembro de 2016, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, do HIV/AIDS e das hepatites virais, passou a usar o termo IST, que significa Infecções Sexualmente Transmissíveis. A Base teve a sua aprovação em 2017, portanto, posterior à

mudança da nomenclatura, o que a torna ultrapassada. Não é possível desconsiderar que um erro desse tipo esteja presente em um documento orientador do currículo, podendo ser seguido pelas/os professoras/es sem questionamento, o que pode levar à divulgação de termos equivocados. Além disso, orienta que a discussão seja feita de forma equivocada, pois a mudança para o termo infecção significa que ela pode ser transmitida mesmo sem manifestar os sintomas ainda. Isso evidencia o nível de compromisso que o então governo, ao formular a Base, teve com essa questão.

A última habilidade, EF08CI11, visa “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (BRASIL, 2017, p. 349). Se comparada às demais, se mostra um pouco mais avançada ao considerar questões para além do viés biológico, já que aponta para as dimensões sociocultural e afetiva. No entanto, não apresenta nada de novo, para além daquilo que o PCN de Ciências Naturais já apresentava.

Ou seja, o PCN de Ciências Naturais defende que as questões sobre sexualidade sejam trabalhadas como algo que deve ser compreendido sem preconceitos e para além da reprodução humana; assim como orienta que as discussões sejam contextualizadas, respeitando a maturidade dos alunos presentes na classe.

Dessa forma, percebe-se que a BNCC não traz novidades com relação à discussão da sexualidade, e o que se apresenta como avanço é uma repetição do que já foi abordado nos PCN, além de reduzir a discussão das temáticas que se apresentavam de forma detalhada no referido documento. Como já foi discutido na categoria anterior, os PCN são mais avançados em relação à abordagem das temáticas analisadas, mesmo tendo sido elaborados no século passado. Por se tratar de um documento do ano de 2017, esperavam-se discussões mais avançadas, sobretudo, porque estamos vivendo em um tempo em que a abordagem dessa temática na escola pode ser sinônimo de menos violência e morte de um grupo de pessoas que são cotidianamente atacadas por expressarem sua sexualidade.

No mesmo sentido, o PCN de Temas Transversais trata a questão do respeito à sexualidade da/o próxima/o como um dos preceitos para o bom convívio em sociedade (BRASIL, 1997). Além disso, há um PCN exclusivo para tratar sobre a questão da sexualidade, que é o PCN de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, ficando evidente como conseguimos retroceder. Retrocedemos de um documento que entendia a importância desse debate, que pensava um espaço exclusivo para tal discussão, para outro (a BNCC) que dedica apenas cinco habilidades para a discussão da sexualidade durante toda a formação. O Parâmetro supracitado traz a importância de tratar sobre o assunto na escola, não ficando essa discussão exclusiva para a família (BRASIL, 1997).

Dessa forma, pode-se identificar como a escola, em alguns casos, ignora essa discussão. No entanto, não se pode esquecer que falar de sexualidade ainda é um tabu na nossa sociedade. Não são poucas as famílias que ainda têm dificuldade em discutir o tema entre os seus membros, além daquelas em que essas violências são praticadas pelos próprios familiares. Crenças religiosas e questões morais envolvidas dificultam o diálogo sobre o tema. Nesse sentido, em muitas famílias, não há tanto espaço dentro de casa para, por isso, a escola deve ser um espaço onde essas discussões estejam presentes.

Além dos PCN, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013) também evidenciam a questão, pois compreendem que a escola é um espaço rico para esse debate:

A escola de educação básica é um espaço privilegiado de formação pelas contribuições que possibilitam o desenvolvimento do ser humano. A socialização e a apreensão de determinados conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade podem ser efetivadas na ambiência da educação básica por meio de suas diferentes modalidades e múltiplas dimensionalidades, tais como a educação de jovens e adultos, educação no campo, educação indígena, educação quilombola, educação étnico-racial, **educação em sexualidade**, educação ambiental, educação especial, dentre outras (BRASIL, 2013, p. 525, grifo nosso).

Apesar de a BNCC apresentar o objeto do conhecimento sexualidade, ela traz apenas uma competência para o respeito à diversidade, mas sem especificar a questão da sexualidade, como é possível verificar no excerto abaixo:

Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2017, p. 324).

A competência citada acima é a quinta para a área de Ciências da Natureza, no entanto, a Base mostra mais do mesmo, que é atrelar a discussão da questão ao assunto de Sistema Reprodutor Masculino e Feminino. Portanto, o documento não apresenta os avanços defendidos pelos/as seus/suas defensores/as.

Não se pode mais permitir que o tema da sexualidade seja sempre palco de uma falsa preocupação, como se fosse necessário contemplar essa questão de forma vazia somente para mostrar que é trabalhada, mas sem dar a devida relevância. O que se pode perceber é apenas um conteúdo apresentado por pura formalidade, somente para não ter uma crítica de que não há tal discussão, ou para conduzir a discussão para um viés que contemple determinado setor.

Outro equívoco apresentado na BNCC é a limitação em trabalhar a questão da sexualidade somente no 8º ano, quando o Brasil apresenta índices consideráveis de pedofilia. Segundo dados do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, em 2019, o país registrou cerca de 17 mil ocorrências sobre a violação sexual de crianças e adolescentes

(BRASIL, 2020). Essas ocorrências são feitas pelo canal Disque 100 e, como em outros crimes, também há uma subnotificação dos registros, portanto, pode-se inferir que esse número é maior do que o registrado. Além disso, ainda segundo os dados do Ministério, em torno de 40% dos casos de pedofilia são praticados pelo pai ou padrasto da criança, portanto, é essencial que esse assunto seja trabalhado desde os anos iniciais na escola. Falar de sexualidade não é sobre ensinar a fazer sexo, é ensinar sobre consentimento e abuso sexual.

É preciso defender que discutir sexualidade passa, também, por aprender, entender e respeitar o próprio corpo, para dessa forma preparar a pessoa para entender e respeitar a sexualidade do outro. E, como já foi discutido, a escola não deixa de ser um reflexo da sociedade, portanto, um dos problemas enfrentados no espaço escolar é a discriminação que por vezes é traduzida na forma de bullying, uma forma de violência escolar. Essa prática de ofensas reiteradas ao/à colega pode ser desenvolvida de forma a atacar sua sexualidade, como discutem Santos e Silva (2015).

As consequências do conservadorismo da sociedade brasileira, acrescentadas a uma herança patriarcal ainda bastante contemporânea na nossa sociedade, se manifestam pela homofobia. Esta emerge principalmente na forma de bullying nos espaços escolares, possibilitando que muitos alunos desistam dos estudos (SANTOS; SILVA, 2015, s/p.).

Muitas vezes, a homofobia praticada é subsidiada pelo machismo e misoginia. Não é raro ver um colega chamando o outro de “mulherzinha”, como uma forma de menosprezar e diminuir a sua importância, ou mesmo como uma forma de fazer chacota, configurando o preconceito de gênero atrelado à LGBTfobia.

A escola é um dos principais locais de convivência fora da família, portanto é o espaço adequado para vivenciar socialmente aquilo que é diferente, seja diferença de religião, orientação sexual e costumes. Não considerar o respeito às diferenças como uma das principais funções da escola abre espaço para outros problemas, como por exemplo a evasão escolar, uma vez que a escola acaba se tornando um local hostil para quem sofre essa prática, quando na verdade deveria ser um espaço de acolhimento e de entendimento das diferenças. Sobre as possíveis consequências do bullying, Zequinão et al. (2017) discutem:

Em geral, essas consequências são englobadas em três grupos e se referem à saúde, ao desenvolvimento psicossocial e ao processo ensino-aprendizagem. [...]. **De modo geral, no contexto escolar as vítimas faltam às aulas frequentemente e sem motivo, apresentam baixo desempenho, demonstram insegurança ao se manifestar em público e preferem se manter afastadas dos colegas** (ZEQUINÃO et al., 2017, p. 2, grifo nosso).

Nesse sentido, ignorar a existência do problema não é o caminho mais adequado a ser seguido, visto que os desafios são reais. Ademais, vivemos em um país que lidera as mortes por LGBTfobia no mundo. Segundo dados do Grupo Gay Bahia, em 2019, 329 pessoas morreram

em decorrência desse crime, seja por assassinato ou por suicídio. Não há como desconsiderar a função da escola na superação desses problemas. Não se trata aqui de defender que a escola somente se volte para essas questões, mas que ela assuma esse compromisso. Não se trata de afirmar que a escola sozinha consegue resolver todas as demandas até aqui apresentadas, mas que ela é essencial, pois deve ser um espaço de respeito às diferenças e de exercício constante da cidadania.

Pensar um documento norteador do currículo como é a BNCC que não se atente e não procure avançar no debate da sexualidade é um equívoco. Além disso, é preciso compreender que a responsabilidade das/os professoras/es de Ciências e Biologia é muito grande nessa discussão, uma vez que a abordagem do conteúdo de sexualidade é sempre destinada a essa área. Então, que sejamos os precursores das mudanças que queremos e precisamos ver.

Dessa forma, é essencial que não aceitemos mais que temáticas tão importantes sejam preteridas, pois o conteúdo de sexualidade na Base se apresenta de forma superficial. Ainda que a BNCC apresente a temática sexualidade, sabemos que existem formas de calar movimentos e professoras/es, que buscam uma educação cada vez mais emancipadora.

Considerações

Ao defender a luta por uma educação comprometida com problemas sociais, pretende-se contribuir para a busca de uma sociedade melhor, considerando que a escola é essencial para isso. Dessa forma, discutir o currículo é fundamental, principalmente com a recente aprovação da BNCC, que é um documento que tem como preceito orientar o ensino básico em todos os seus níveis: ensino infantil, fundamental e médio. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi analisar a discussão de gênero e sexualidade no ensino de Ciências e Biologia a partir dos aspectos apresentados na BNCC.

Sabendo que a disputa por um currículo emancipador é um debate feito ao longo da história, visto que ele tem funcionado como um mecanismo que evidencia as relações de poder, é fundamental que toda discussão a seu respeito inclua a busca de uma educação mais qualificada.

Convém lembrar que a BNCC foi aprovada como um documento que não tem compromissos com a formação cidadã das pessoas, mas com um forte viés para uma formação, prioritariamente técnica. Essa constatação foi possível ao verificarmos a ausência de temas importantes como os de gênero e sexualidade, objetos desta investigação, bem como a maneira que a formulação da Base aconteceu, com forte presença dos setores econômicos e fundamentalistas religiosos, corroborando com as falhas na discussão de temas.

A BNCC é estruturada por meio de competências (gerais e específicas), por áreas de conhecimento e habilidades, trazendo a divisão dos conteúdos por meio das Unidades

Temáticas. As competências previstas para área de Ciências e Biologia, apesar de evidenciarem o respeito ao próximo e à diversidade (em momentos pontuais), são inteiramente voltadas para o mundo do trabalho, sempre frisando o desenvolvimento da tecnologia para atender às demandas do mercado de trabalho. Nas unidades temáticas, não há nenhuma menção de como o conhecimento do corpo é relevante para o desenvolvimento do ser humano. O que existe é uma lista de conteúdos descontextualizados, apresentados de forma verticalizada.

Portanto, é fundamental a luta por um Ensino de Ciências e Biologia comprometido com a superação das desigualdades sociais tão presentes no Brasil. Isso inclui o debate de temas como desigualdade de gênero, sexismo, feminicídio, entre outros. Nessa perspectiva, ter um documento curricular, como a BNCC, que não contempla essas questões é muito contraditório, pois as estatísticas nos mostram que esses problemas ainda estão muito presentes no nosso meio, contribuindo em uma medida considerável para as desigualdades e violência que vivemos até os dias de hoje. Entender os caminhos que nos trouxeram até aqui é fundamental para traçarmos novas metas para a busca de um ensino mais cidadão e emancipador.

Certamente as considerações levantadas por esta pesquisa não esgotam a abordagem da temática de Gênero e Sexualidade no Ensino de Ciências e Biologia a partir da análise da BNCC. Dessa forma, fica a expectativa de que este trabalho possa contribuir para a realização de outros que tenham como centralidade a análise da BNCC, considerando que esse documento ainda é recente, necessitando de mais estudos. Ademais, esperamos que a pesquisa possa contribuir, em alguma medida, para melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Referências

- ALMEIDA, E. A. E.; FRANZOLIN, F. A educação em Ciências e a perspectiva de gênero. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC, 11, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xienpec/anais/busca.htm?query=g%EAnero>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRAGÁN, A. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. **El país**, 19 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 11 nov. 2020.
- BRANCO, E P et al. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades? **Revista Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 25, set./dez., 2019.

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Palácio do Planalto: Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BRASIL **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ciências Naturais. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1997.
- BRASIL **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1997.
- BRASIL **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1997.
- BRASIL **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Palácio do Planalto: Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BRASIL **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL Resolução n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, n. 247, seção 1, p. 115, 23 dez. 2019.
- BRASIL **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 18 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministeriodivulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 20 nov. 2020
- CENTENARO, J B. **Políticas educacionais e a formação de cidadão razoáveis**: uma análise reflexiva das competências gerais da BNCC. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo-RS, 2019. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/1822/2/2019JuniorBufonCentenaro.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílio Contínua - PNAD Contínua**. Brasília: IBGE, 2019.

- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, 2019.
- LOPES, A. C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da escola**, Brasília, v. 13, n. 25, 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/963>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- LOPES, A. C. ; MACEDO, E. F. **Teorias de currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MACEDO, E. F. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai., 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a Base Nacional Comum Curricular e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 20, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656967/22647>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- MARSIGLIA, A C. G. et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835/14343>. Acesso em: 15 set. 2020.
- MEYER, D.; SOARES, R.. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- MONTEIRO, M. V. P. O ataque à discussão de gênero na escola, construção identitária e a importância da liberdade docente. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, 38, 2017, São Luís. **Anais...** São Luís, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38a_nped_2017_GT23_269.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.
- MORENO, J. C. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 7-27, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/26158/19188>. Acesso em: 10 set. 2020.

- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. Tradução de Luiz Felipe Guimarães Soares, Claudia de Lima Costa. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 5 out. 2020.
- ODILLA, F. 5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? **BBC News**, 9 de junho de 2018. Disponível em: bbc.com/portuguese/brasil-44353703. Acesso em: 20 nov. 2020.
- PERONI, V. M. V.; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 035 - 056, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/93094/52791>. Acesso em: 10 out. 2020.
- RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SANTOS, H. K. M.; SILVA, J. B. J. Diversidade sexual e bullying na escola: desafios e possibilidades. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, 2015. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/23/diversidade-sexual-e-bullyingna-escola-desafios-e-possibilidades>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- SOUZA, P. R. J. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os movimentos LGBTQIs. **Revista de gênero, sexualidade e direito**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4fo9/ea3cc35f11c14a54a2a651f91430c2f2fef5.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.
- TRICHES, E. de F.; ARANDA, M. A. de M. A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ação da política nacional: breve levantamento bibliográfico (2014-2016). **Revista Online de Extensão e Cultura Realização**, Grande Dourados, v. 3, n. 5, p. 81-98, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/realizacao/article/view/6362/3320> Acesso em: 20 set. 2020.
- ZEQUINÃO, M. A. et al. Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 27, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/127645/130091>. Acesso em: 20 nov. 2020.

Biografia Resumida

Mariana Nô Xavier: Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Santa Cruz e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4777662873771499>

Contato: marinxavier21@gmail.com

Viviane Borges Dias: Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Biológicas (DCB) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UESC). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências e Educação Inclusiva (GEPECEI / UESC). Membro do Grupo de Pesquisa Inclusão e Sociedade - UNEB e do Grupo de Pesquisa Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências - GPecFEC/UESC.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3101502973253791>

Contato: vbdias@uesc.br